

IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL*

2871

MARIA JOSÉ GARCIA WEREBE**

Ex-Professora da Universidade de São Paulo — Pesquisadora do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (Laboratório de Psicobiologia da Criança da Escola Prática de Altos Estudos)

Até o presente, a educação sexual não conquistou, no Brasil o «droit de cité», não tendo ainda sido reconhecida oficialmente.

No âmbito escolar, afora as iniciativas isoladas feitas no anonimato, as primeiras realizações práticas — e que constituíram experiências sistemáticas — foram quase todas promovidas no contexto de ensaios de renovação pedagógica, tanto em estabelecimentos públicos como privados.

A década de sessenta constituiu um período relativamente favorável à implantação da educação sexual no país. De fato, nesta época foram registradas algumas das experiências mais importantes. Observou-se, também, uma tendência no sentido de estender a nova prática educativa às escolas de rede comum, ao lado de um interesse crescente pela questão nos meios educacionais e nas camadas mais esclarecidas da população.

Esta situação levou a deputada federal, Sra. Julia Steimbruck a apresentar, em 1968, um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas de nível primário e secundário do país.

(*) As primeiras páginas deste artigo foram extraídas de nosso livro: *A educação sexual na escola*, Moraes eds., 1977, 4ª parte, capítulo primeiro (edição ampliada da publicação original: «L'éducation sexuelle à l'école», P.F.U., 1976).

(**) Desejamos consignar os nossos melhores agradecimentos: — à Dra. Maria Amélia Azevedo Goldberg, pela ajuda preciosa na obtenção dos dados utilizados neste artigo; — aos educadores que consentiram em cooperar conosco, respondendo aos nossos questionários; — às demais pessoas que contribuíram para a coleta dos dados necessários ao nosso trabalho; — à Srta. Maria Cecília Silveira Bueno, pela sua ajuda no tratamento dos dados obtidos nas duas «enquêtes» feitas.

A idéia de se introduzir a educação sexual nas escolas encontrou apoio por parte de alguns parlamentares, de inúmeros educadores e de personalidades do mundo intelectual, embora muitos fizessem restrições aos termos do projeto, em particular ao caráter obrigatório dado à instauração da nova prática educativa no meio escolar. Mas o projeto suscitou também vivas reações de oposição nos meios mais conservadores do país, reações estas fundadas, em geral, em argumentos essencialmente morais. Aliás, foram objeções desta ordem que levaram à rejeição do projeto, como se pode constatar, por exemplo, no relatório da Comissão de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura, elaborado por três de seus membros: padre Francisco Leme Lopes, Almirante Benjamin Sodré e General Moacir Araujo Lopes. Os extratos dos pareceres dos três conselheiros, que apresentamos a seguir, dispensam comentários, pois demonstram de maneira suficientemente clara o caráter moralista e sobretudo retrógrado da condenação do projeto.

O padre Francisco Leme Lopes apoiou-se na opinião do padre Leonel Franca, segundo o qual... «a iniciação sexual, para ser verdadeiramente eficaz, no dizer unânime dos psicólogos e pedagogistas requer um complexo de qualidades — e entre elas um respeito e amor à pureza de cada aluno — que fora ingenuidade esperar se encontre em cada professor ou professora. Na maioria dos casos, o efeito seria desastroso, e os escândalos começariam bem cedo a contaminar as escolas, com incriveis prejuízos de saúde, higiene e moral das novas gerações»¹.

O conselheiro Almirante Benjamin Sodré afirmou no seu parecer: «a expressão educação sexual deveria ser substituída por 'educação da pureza'. Segundo ele: «a inocência é a melhor defesa para a pureza e a castidade»². Argumentando contra o projeto, pros-

1 O Estado de São Paulo, 10/11/70

segue: «Não ensinar materialmente como a procriação se procede para o homem e a mulher, mas antes exaltar o que caracteriza o sexo masculino: caráter, coragem, respeito e amor, que, sem egoísmo, mais dá do que recebe; e o sexo feminino: a delicadeza, a bondade, a pureza, a confiança; indo até à doação, ao casamento, à maternidade»².

O conselheiro general Moacir Araujo Lopes apoiou os pareceres de seus colegas e concluiu: «Não se abre à força um botão de rosa, e, sobretudo, com mãos sujas»².

Nos primeiros anos da década de setenta, observou-se um certo recuo em matéria de educação sexual, sobretudo em alguns estados onde esta prática começava a se desenvolver mais: não apenas as experiências deixaram de se multiplicar, mas até mesmo várias das que vinham se realizando com sucesso foram interrompidas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com algumas experiências originais paulistas, realizadas em escolas secundárias experimentais*.

Os efeitos negativos do citado parecer, aprovado pelo Ministério da Educação, tiveram grande repercussão nos meios escolares e, de certa forma, colocaram as experiências de educação sexual na semi-ocultude. Isto porque os seus termos implicaram, de fato, numa condenação oficial de qualquer forma de educação sexual na escola.

Por outro lado, é preciso salientar que a partir do fim da década de sessenta, uma onda de «puritanismo» invadiu o país, da qual um dos indícios mais evidentes foi a intensificação do rigor da censura (já bastante severa) de obras teatrais e literárias, de filmes e programas de televisão.

Em maio de 1970, o Congresso brasileiro aprovou, em primeira leitura, por 170 votos a favor, 44 contra e uma abstenção, o decreto presidencial de 26 de janeiro, instituindo oficialmente a censura prévia de livros e jornais. Segundo a nova lei, o Ministério da Justiça seria encarregado de proibir todo texto contrário à moral e aos bons costumes. Esta tarefa foi confiada mais particularmente aos agentes da polícia federal. O decreto estipulou ainda que caberia aos poderes públicos a tarefa de «assegurar a proteção dos valores éticos indispensáveis à boa formação moral da juventude brasileira».

Para ilustrar os efeitos de severidade da censura, basta citar a proibição, no ano de 1971, de 35 filmes, dos quais 13 brasileiros e 22 estrangeiros. Segundo os censores, estes filmes, continham assuntos subversivos ou contrários aos bons costumes. A ação da censura se manteve nos anos subsequentes, privando

o público brasileiro de acompanhar importantes produções artísticas estrangeiras e limitando as criações nacionais.

Por várias vezes, personalidades do mundo intelectual manifestaram-se contra esta situação. Em janeiro de 1977, foi entregue ao Ministro da Justiça, um manifesto assinado por 1047 intelectuais brasileiros (escritores, jornalistas, professores, cineastas, músicos, artistas), dentre os de maior destaque no país, protestando contra os atos da censura que «implicam em restrições à liberdade de expressão e constrangimento da capacidade criadora». Diz ainda o documento: «Sob a alegação de que contém 'matéria contrária à moral e aos bons costumes', ou com outros pretextos, ou sem justificativa alguma, a censura vem retirando de circulação, em escala crescente, um conjunto de obras literárias, teatrais, musicais e cinematográficas»³.

Um outro exemplo do acento moralista dado à regulamentação da vida do brasileiro encontra-se na última legislação sobre o aborto (prática esta sempre proibida no país), incluída no Código Penal, que deveria entrar em vigor em 1974. Mais rígida que a precedente, a nova legislação reintroduziu a noção de aborto «honoris causa», o que, segundo um jurista brasileiro, representa uma «revivescência» do que já existia em nosso Código Criminal do Império, de 1830, e que depois foi reeditado pelo Código Penal de 1890⁴. Assim, o artigo 128 do novo Código Penal estipulou:

«Provocar aborto em si mesma para ocultar a própria desonra».
Pena: detenção de 6 meses a dois anos.
Parágrafo único: Na mesma pena incorre quem provoca aborto com o consentimento da gestante, para ocultar-lhe a desonra»⁵.

* * *

Apesar das dificuldades decorrentes de um clima pouco favorável, senão hostil, à educação sexual, esta prática não desapareceu das escolas brasileiras. Os dados que pudemos obter em duas «enquêtes» — apresentadas a seguir — permitiram-nos conhecer alguns aspectos da situação atual da educação sexual no país. Só pudemos recensear as experiências, realizadas ou em realização, conduzidas por orientadores educacionais. Não dispomos, assim, de elementos para avaliar com exatidão qual a participação de professores (em particular de Ciências e de Biologia) e de outros profissionais (médicos e psicólogos) nessa área educativa.

Essas duas «enquêtes» foram feitas graças à colaboração de membros do Departamento de Pesquisas

³ O Estado de São Paulo, 26/01/77.

⁴ Andreucci (Prof. R.A.), Anais do ciclo básico de conferências do novo Código Penal, São Paulo, 1972.

* Grifos nossos.

Educacionais da Fundação Carlos Chagas de São Paulo: a primeira foi realizada por iniciativa da Dra. Maria Amélia Azevedo Goldberg e do Prof. Celso Ferretti; foi ainda por intermédio da Dra. Goldberg que pudemos efetuar a segunda.

Num primeiro tempo, distribuiu-se aos participantes do IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, realizado na cidade de São Paulo, um questionário perguntando-lhes se haviam desenvolvido e/ou estavam desenvolvendo algum trabalho na área de educação sexual e, em caso afirmativo, se poderiam responder posteriormente a um outro questionário sobre esse trabalho.

108 participantes ao Congresso responderam afirmativamente às questões. Pudemos assim constatar a existência, em 1976, de atividades de educação sexual em 15 unidades da federação, sendo que em duas outras o trabalho só fora efetuado no passado.

Deve haver certamente, no país, número maior de ensaios do que os recenseados na primeira «enquête». Esta afirmação apóia-se nos seguintes fatos:

1º) nem todos os orientadores brasileiros estiveram presentes ao Congresso;

2º) apenas 152, dos mil questionários distribuídos aos congressistas, foram respondidos. Segundo a pessoa encarregada da distribuição, muitos orientadores não devolveram o questionário, seja porque quiseram guardá-lo como «modelo de material de pesquisa», seja porque tiveram receio de respondê-lo (sic).

Dos 108 ensaios registrados, 107 foram realizados por orientadores educacionais, e apenas um esteve a cargo de um professor de Educação Moral e Cívica.

O Quadro I apresenta a distribuição dos respondentes, segundo as unidades da federação e a entidade mantenedora dos estabelecimentos a que estiveram ou estavam ligados.

Como se pode constatar, 52 educadores interromperam o trabalho, 56 o prosseguiram no momento da sondagem, e 5 outros o haviam iniciado em 1976. Deve-se acrescentar que 13 respondentes (não incluídos no quadro) declaram ter participado de atividades de educação sexual como estagiários do curso de Orientação Educacional, e outros 6 ainda estavam realizando seus estágios.

Dos 52 educadores que interromperam o trabalho, a maioria se concentrava em três dos estados mais

QUADRO I
DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E A ENTIDADE MANTENEDORA DOS ESTABELECIMENTOS EM QUE TRABALHAM OU TRABALHAM

| Entidade mantenedora do estabelecimento* | Interromperam as atividades | | | | Prosseguiram as atividades | | | | Iniciaram as atividades | | | | T |
|--|-----------------------------|-----------|----------|-----------|----------------------------|-----------|----------|-----------|-------------------------|----------|----------|----------|------------|
| | O | R | L | T | O | R | L | T | O | R | L | T | |
| Unidades da Federação | | | | | | | | | | | | | |
| São Paulo | 5 | 6 | 4 | 19 | 3 | 8 | 1 | 12 | 2 | — | 1 | 3 | 34 |
| Rio de Janeiro | 3 | 1 | 1 | 8 | 3 | — | 2 | 6 | — | — | — | — | 14 |
| Rio Grande do Sul | 2 | 1 | — | 5 | 3 | 3 | — | 8 | — | — | — | — | 13 |
| Minas Gerais | 1 | 3 | — | 4 | 3 | 1 | 2 | 6 | — | — | — | — | 10 |
| Espírito Santo | 1 | — | — | 1 | 4 | — | — | 4 | 1 | — | — | 1 | 6 |
| Distrito Federal | 1 | 2 | — | 4 | — | 1 | — | 1 | — | — | — | — | 5 |
| Paraná | 2 | — | — | 2 | 2 | — | — | 2 | — | 1 | — | 1 | 5 |
| Pará | 1 | — | — | 2 | 1 | — | 1 | 2 | — | — | — | — | 4 |
| Bahia | 1 | — | — | 1 | 1 | 1 | — | 2 | — | — | — | — | 3 |
| Santa Catarina | 1 | — | — | 1 | 1 | 1 | — | 2 | — | — | — | — | 3 |
| Ceará | 1 | — | — | 1 | — | 2 | — | 2 | — | — | — | — | 3 |
| Pernambuco | — | 1 | — | 1 | — | 1 | — | 1 | — | — | — | — | 2 |
| Amazonas | — | — | 1 | 2 | — | — | — | — | — | — | — | — | 2 |
| Sergipe | — | — | — | — | 1 | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Paraíba | — | — | — | — | — | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Amapá | — | — | — | — | — | — | — | 1 | — | — | — | — | 1 |
| Goiás | 1 | — | — | 1 | — | — | — | — | — | — | — | — | 1 |
| TOTAL | 20 | 14 | 6 | 52 | 22 | 18 | 6 | 51 | 3 | 1 | 1 | 5 | 108 |

(1) Nos totais estão incluídos os respondentes de estabelecimentos cuja entidade mantenedora não pôde ser identificada.

Legenda: O = oficial; R = particular religioso; L = particular leigo; T = Total

² O Estado de São Paulo, 10/11/70

* No Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, nos Ginásios Vocacionais e nos Ginásios Pluri-curriculares.

desenvolvidos do país: 19 (36,5%) no Estado de São Paulo, dos quais 11 na Capital; 8 (15,4%) no Estado do Rio de Janeiro, dos quais 4 na Capital; 5 (9,6%) no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 3 na Capital. Os 20 restantes distribuíram-se em 11 unidades da Federação.

Embora dos 56 orientadores que promoviam trabalho de educação sexual em 1976, a grande maioria se encontrasse nos três estados citados, observou-se em relação ao passado, um recuo relativamente importante nos dois primeiros: das 34 experiências paulistas, apenas 12 prosseguiram e três novas foram iniciadas, e das 14 realizadas no Rio de Janeiro apenas 6 continuaram. No Rio Grande do Sul, a situação revelou-se melhor, pois das 13 experiências gaúchas, 8 puderam prosseguir.

É possível que as pressões contrárias à educação sexual tenham sido maiores e mais fortes em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que poderia explicar em grande parte o recuo observado. Nota-se, também, que das 4 experiências de Brasília, apenas uma subsistiu, e que as efetuadas no Amazonas e em Goiás também foram extintas.

Em outras unidades da Federação, ao contrário, verifica-se que o número de orientadores que puderam continuar o trabalho foi maior do que os que o abandonaram: é o caso do Espírito Santo (4 sobre 5 e uma

nova experiência), de Minas Gerais (6 sobre 10), da Bahia, de Santa Catarina e do Ceará (2 sobre 3).

Conseguimos identificar a entidade mantenedora de 91 estabelecimentos nos quais os educadores realizaram ou estavam realizando o trabalho. Constatamos que as experiências se fizeram igualmente nos dois grupos principais de escolas: 45 nas oficiais (federais, estaduais e municipais) e 46 nas particulares (33 religiosas e 13 legais). Da mesma forma, no que se refere à interrupção ou ao prosseguimento das experiências, não há diferença entre os estabelecimentos oficiais e particulares.

Como se poderia prever, as educadoras sobrepujam de muito, em número, seus colegas do sexo masculino: respectivamente 88 e 20. Observou-se que os homens, em sua maioria, se encontram nos estabelecimentos particulares (14 sobre 19 identificados), sobretudo nos religiosos (72%). Ao contrário, o elemento feminino se encontra bem representado nos dois grupos de escolas, com uma concentração um pouco maior nas oficiais (55,6%).

Aos 108 educadores que colaboraram nesta primeira «enquete», enviamos, por intermédio da Dra. Maria Amélia Azevêdo Goldberg, um segundo questionário, para obter informações sobre o trabalho que haviam realizado ou estavam realizando. Apenas 41 deles (38%) devolveram esse questionário preenchido (Quadro II).

QUADRO II
DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES AS DUAS «ENQUÊTES», SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

| Estados | Andamento das Atividades | | | | | | | |
|-------------------|--------------------------|------|-------------|------|-----------|------|-------|------|
| | Interromperam | | Proseguiram | | Iniciaram | | Total | |
| | 1ª E | 2ª E | 1ª E | 2ª E | 1ª E | 2ª E | 1ª E | 2ª E |
| São Paulo | 19 | 8 | 12 | 4 | 3 | 3 | 34 | 15 |
| Rio de Janeiro | 8 | 4 | 6 | 1 | — | — | 14 | 5 |
| Rio Grande do Sul | 5 | 2 | 8 | 4 | — | — | 13 | 6 |
| Minas Gerais | 4 | 3 | 6 | 2 | — | — | 10 | 5 |
| Espírito Santo | 1 | — | 4 | — | 1 | — | 6 | — |
| Distrito Federal | 4 | 2 | 1 | 1 | — | — | 5 | 3 |
| Paraná | 2 | 1 | 2 | — | 1 | 1 | 5 | 2 |
| Pará | 2 | — | 2 | — | — | — | 4 | — |
| Bahia | 1 | 1 | 2 | — | — | — | 3 | 1 |
| Santa Catarina | 1 | 1 | 2 | — | — | — | 3 | 1 |
| Pernambuco | 1 | 1 | 1 | — | — | — | 2 | 1 |
| Amazonas | 2 | 1 | — | — | — | — | 2 | 1 |
| Ceará | 1 | — | 2 | — | — | — | 3 | — |
| Sergipe | — | — | 1 | 1 | — | — | 1 | 1 |
| Paraíba | — | — | 1 | — | 1 | — | 1 | — |
| Amapá | — | — | 1 | — | — | — | 1 | — |
| Goiás | 1 | — | — | — | — | — | 1 | — |
| TOTAL | 52 | 24 | 51 | 13 | 5 | 4 | 108 | 41 |

Como se pode constatar, não obtivemos informações sobre o trabalho efetuado em seis unidades da Federação, embora em duas delas certo número de orientadores tivesse participado da primeira «enquete»: 6 no Espírito Santo e 4 no Pará.

Observa-se, ainda, que foi maior a porcentagem de respondentes ao segundo questionário, dentre os orientadores que interromperam o trabalho (46,2%), do que entre os que prosseguiram a experiência em 1976. Teriam estes últimos tido receio em dar informações sobre o seu trabalho, pelo fato de se tratar de experiências em andamento? Embora não possamos responder a esta indagação, achamos interessante assinalar a atitude desses educadores face à segunda «enquete».

Em termos de porcentagem, a participação masculina foi maior na segunda «enquete»: 55% dos 20 educadores e apenas 34,1% das 88 educadoras da primeira «enquete» responderam ao segundo questionário. Este fato se explica, em parte, pela entidade mantenedora dos estabelecimentos onde trabalharam ou trabalham os orientadores. De fato, a maioria dos respondentes, sobretudo os do sexo masculino, provinham, na segunda «enquete», de escolas particulares: 72,2% dos educadores e 55% das educadoras. Deve-se notar ademais que, segundo as informações obtidas no segundo questionário, 8 elementos do sexo masculino eram padres e, talvez por esta razão, consentiram mais facilmente em colaborar conosco.

A despeito do número reduzido de participantes da segunda «enquete», as informações que obtivemos nos deram uma certa idéia da maneira como se vem tentando implantar a educação sexual no Brasil.

Segundo os dados referentes às datas da primeira e da última experiência realizada por cada respondente, poucas teriam sido as atividades de educação sexual na década de sessenta, o que estaria em contradição com o que afirmamos no início do artigo. Encontramos, por exemplo, 5 orientadores trabalhando em 1962, e em 1966, 8 em 1967, 10 em 1968 e em 1969, 12 em 1970, 16 em 1974, 20 em 1975 e 17 em 1976. Estes dados não podem, porém, ser interpretados isoladamente, pois dão uma idéia falsa a respeito da evolução das atividades de educação sexual. Deve-se levar em conta, em primeiro lugar, que não obtivemos informações sobre a época, nem a duração de 76 experiências recenseadas na primeira «enquete». É convém lembrar que não pudemos recensear todos os ensaios feitos no país. É bem provável que muitas das experiências (recenseadas ou não), sobretudo dentre as que foram interrompidas, tenham sido feitas nos anos sessenta. Em segundo lugar, como acompanhamos de perto o que se fazia na área, nesta época, em alguns pontos do país, podemos afirmar que, só em São Paulo, o número de orientadores que desenvolviam um trabalho de educação sexual era superior ao dos que par-

ticiparam das «enquetes». Basta citar, por exemplo, as experiências do Colégio de Aplicação* e dos Ginásios Pluri-curriculares, que não figuram nos recenseamentos feitos, e que se realizam justamente durante a década de sessenta. Juntam-se a estas as dos Ginásios Vocacionais, das quais apenas duas foram incluídas na segunda «enquete».

Quanto à duração das experiências recenseadas, os dados indicam que poucos foram os educadores que conseguiram realizar o trabalho durante muitos anos consecutivos. De fato, do total de 41, apenas 5 desenvolveram alguma atividade por mais de 6 anos: 3 prosseguiram o trabalho em 1976 (iniciado respectivamente há 25, 17 e 7 anos) e 2 o tinham interrompido após 25 e 8 anos.

As informações fornecidas por 19 dos 24 educadores que interromperam o trabalho, referentes às razões porque o fizeram, parecem indicar que não foram dificuldades especiais que os levaram a tal interrupção. Talvez porque os obstáculos à educação sexual se manifestem antes de sua implantação na escola e, assim sendo, as experiências se realizam, em geral, onde o ambiente lhes é favorável. De fato, apenas três orientadores evocam as dificuldades encontradas por parte da direção (1 caso) e dos pais (2 casos), como razão para a interrupção do trabalho. A razão mais freqüente (10 casos) foi a mudança de cargo ou de estabelecimento — o que de certa forma vem corroborar nossa hipótese explicativa.

Os orientadores mais jovens se encontram, proporcionalmente em maior número entre os que prosseguiram o trabalho ou o tinham começado em 1976. Esta superioridade se explica, em grande parte, pelo fato de que as experiências em andamento são muito recentes. Aliás esta explicação é corroborada pelos dados relativos ao estado civil dos orientadores: os que estavam fazendo educação sexual em 1976 eram, na sua maioria (72,2%) solteiros, enquanto que 52,2%, dentre os que haviam interrompido o trabalho, eram casados.

Quanto à formação profissional dos educadores, a maioria (63,4%) possuía o diploma de licenciatura em Pedagogia e o de especialização em Orientação Educacional. Os demais (com exceção de um que não respondeu à questão) declararam ter feito um curso de Orientação Educacional.

Daqui em diante vamos analisar os dados referentes à última experiência realizada pelos educadores. Segundo o ano em que esta experiência ocorreu temos a seguinte distribuição: 1962: 1, 1968: 3; 1969: 2; 1971: 1; 1972: 1; 1973: 3; 1974: 3; 1975: 7; 1976: 17. Esses dados indicam, assim, o ano em que as experiências foram interrompidas, com exclusão das que se

* Descrição detalhada in: Werebe, Maria José, op. cit., 221-246.

realizaram em 1976. Aliás, destas últimas, 13 tinham sido iniciadas antes desta data: 6 em 1975, 3 em 1974 e as demais anteriormente.

De maneira geral, o trabalho de educação sexual foi feito com alunos do 1º ciclo do curso secundário (segundo a nova estrutura do ensino: da 5ª à 8ª série do 1º grau): apenas 7 das experiências interrompidas e uma das que estavam em andamento em 1976 foram feitas com alunos de 2º ciclo. Aliás, parece existir no Brasil uma tendência mais favorável à implantação da educação sexual sistemática em grupo, com adolescentes mais jovens, o que, de certa forma, evita o afrontamento dos problemas de valores ligados à vida sexual dos jovens.

Na maioria dos ensaios, as reuniões de educação sexual se realizaram nos horários normais de aula, o que revela uma atitude receptiva por parte da direção dos estabelecimentos. Tal constatação confirma nossa hipótese de que as experiências tendem a se implantar onde o ambiente lhes é favorável. Em apenas dois casos, as reuniões foram feitas exclusivamente fora do horário regular de aulas.

Quanto ao método adotado nas reuniões, os educadores (com exceção de dois que não responderam à questão) declararam utilizar a exposição, associada geralmente às perguntas feitas pelos alunos e, em alguns casos, à discussão com a classe.

Na maioria das experiências, os alunos formularam as questões oralmente (41,5%), ou oralmente e por escrito (34,1%). Segundo informações obtidas, as perguntas orais eram respondidas imediatamente (em 63,4% dos casos) e as escritas eram lidas e respondidas (em 29,6% dos casos). 10 orientadores declararam proceder a uma seleção das questões a serem respondidas em classe.

A grande maioria dos educadores (75,6%) informou que um programa de educação sexual foi elaborado por eles, ou com a colaboração de outras pessoas (geralmente professores de Ciências ou de Biologia) em alguns casos. Somente em três experiências o programa foi preparado a partir de uma sondagem junto aos alunos, sobre as questões que lhes interessavam. Ora, dentre os educadores que prepararam os programas sem a participação dos alunos, 15 declararam que os temas das reuniões eram propostos somente por estes (em 8 casos) ou por estes e pelos educadores (em 7 casos). Tais dados revelam uma certa contradição nas suas respostas. Uma explicação plausível para tal contradição seria que alguns deles consideraram as perguntas formuladas pelos alunos como proposição dos temas das reuniões.

Pedimos aos educadores que assinalassem, numa lista de assuntos, quais os que tinham sido tratados

nas reuniões. Eis os temas que apareceram com maior frequência:

| | |
|----------------------------|----------|
| — aparelhos genitais | 39 casos |
| — adolescência | 38 " |
| — puberdade | 37 " |
| — menstruação | 35 " |
| — fecundação | 35 " |
| — namoro | 34 " |
| — masturbação | 31 " |
| — ato sexual | 29 " |
| — amor | 29 " |
| — parto | 28 " |
| — homossexualismo | 28 " |

Poucos orientadores trataram do controle de nascimento (9) e do crescimento demográfico (6), sendo maior o número dos que abordaram a questão dos anticoncepcionais (18).

A simples relação dos temas tratados não nos informa sobre a orientação imprimida à educação sexual. Evidentemente, cada um dos temas pode ser abordado segundo perspectivas diferentes. Assim, por exemplo, os educadores podem abster-se ou não de inculcar normas e valores sexuais. A propósito, uma orientadora de escola estadual (com 28 anos de idade), informou-nos sobre a orientação que imprimia aos seus cursos (sem que isto lhe tivesse sido solicitado). O extrato de suas declarações que apresentamos a seguir revela bem o quanto esta orientadora era diretiva no seu trabalho, bem como o seu desconhecimento sobre as questões tratadas no caso: «Em todas as classes, procurei colocar mais a formação que a informação, usando sempre o bom senso e a formação espiritual. Por exemplo, com relação à masturbação salientei que há um desgaste de energias e conseqüentemente prejuízo à saúde, e, também que Deus não fez o sexo para se brincar mas para usá-lo devidamente no matrimônio, para a procriação».

Os dados obtidos não nos permitem tirar qualquer conclusão sobre a «ideologia sexual» subjacente ao trabalho dos educadores de nossa amostra. O fato de que vários dentre os que exerceram ou exercem suas atividades em escolas religiosas manifestaram-se favoráveis à uma orientação «valorativa», segundo suas crenças, ao contrário do que ocorreu com alguns das escolas públicas (em oposição ao exemplo citado antes), não é suficiente para se afirmar que existem duas tendências predominantes, correspondentes aos dois tipos de estabelecimentos.

Cerca de 50% dos respondentes declararam ter feito algum tipo de trabalho com os pais, o qual consistiu, na maioria dos casos, em informação sobre a educação sexual desenvolvida com os filhos, na escola. Essa informação foi dada em reuniões (10 casos) ou por meio de circulares (2 casos). Em oito

experiências, foram realizadas palestras por orientadores ou por outros especialistas (médicos e psicólogos).

Os dados obtidos nas duas «enquêtes», embora parciais e incompletos, indicam que, a despeito das condições pouco propícias, quando não francamente adversas, encontradas pelos educadores, não somente as atividades de educação sexual subsistem em várias unidades da Federação, mas também — e isto é o mais importante — se inauguram novas experiências.

Quanto ao futuro (ainda bem incerto) da educação sexual no Brasil, convém destacar duas medidas oficiais (das quais uma bem recente) que poderão ter repercussões importantes sobre a orientação a ser dada às atividades desenvolvidas nesta área.

A primeira delas foi a aprovação, em agosto de 1974, de um parecer sobre a educação em saúde, pelo Conselho Federal de Educação. No capítulo referente ao conteúdo dessa «disciplina» lê-se: «Já os alunos do 2º grau (que já são púberes*) devem aprofundar esses mesmos conhecimentos, sempre alertados para a sua responsabilidade na conservação da saúde, e adquirir noções sobre a segurança no trabalho, na escola, nas diversões, primeiros socorros, além de conhecimentos referentes à **evolução puberal, educação sexual, gestação****, puericultura e saúde mental». E mais adiante: «Além disso, poder-se-á acrescentar noções de doenças ou **desvios dos padrões de normalidade****, ações de tóxicos e efeitos da poluição do meio ambiente. E ainda neste nível que devem ser estudadas noções de **venereologia**** e suas implicações sociais»⁵. Dentro deste contexto, a educação sexual tenderá a ser desenvolvida dentro de uma perspectiva médica que, além de ser limitativa, pode conduzir a uma «medicalização» da sexualidade.

A segunda medida, adotada pelo Conselho Social de Desenvolvimento⁶, em julho de 1977, representa,

* No 2º grau a maioria dos alunos já completou a fase pubertária, encontrando-se em plena adolescência.

** Grifos nossos.

⁵ Documenta (165): 63-81, 1974.

⁶ IPPF news, 2(5), 1977.

de certa forma, a aceitação, pelo governo brasileiro, do «family planning». Em conseqüência, foi elaborado o Plano Nacional de Saúde Materno-infantil, que prevê a distribuição de pílulas anticoncepcionais para evitar a chamada «gravidez de alto risco».

Convém lembrar aqui que as resistências à introdução de medidas em favor do controle da natalidade sempre foram muito importantes no Brasil, por parte de vários setores da sociedade, em particular da Igreja. As razões evocadas para combater a política demográfica «neomaltusiana» variaram, entretanto, segundo as opções políticas e ideológicas de cada um destes setores.

Assim, como era de se esperar, a decisão governamental suscitou inúmeras críticas, o que levou o Ministro da Saúde a dar uma entrevista à imprensa, esclarecendo os objetivos visados pelo referido programa. Eis uma das explicações apresentadas por ele, na ocasião: «O programa não visa o controle da natalidade, mas a proteção da maternidade, devendo atender, em média, 13 mil mulheres por ano, número que as estatísticas disponíveis sugerem como o total de gestações de alto risco»⁷.

Ao que parece, os esclarecimentos oferecidos pelo Senhor Ministro não conseguiram dissipar as dúvidas, nem eliminar as inquietações a respeito das possíveis conseqüências negativas que as medidas governamentais poderão ter sobre a planificação familiar no Brasil. No que se refere à educação sexual, há sempre o perigo de se desenvolver esta prática educativa em função de objetivos restritos, no contexto de programas de limitação da natalidade.

Em conclusão, parece-nos que não há ainda, no país, condições propícias à implantação efetiva de uma educação sexual que contribua para o desenvolvimento harmonioso e integral da personalidade da criança e do adolescente. Os obstáculos institucionais a uma tal implantação são inúmeros e dificultam, em conseqüência, a preparação adequada — e indispensável — dos educadores que deverão encarregar-se do trabalho nesta área.

⁷ Ciência e Cultura, 29(9), set. 1977, 1047.

[Recebido para publicação em dezembro de 1977]